

LOUISE ACKERS
Universidade de Leeds

«Cuidar à distância»: mulheres, mobilidade e autonomia na União Europeia

121

O artigo debruça-se sobre um aspecto da experiência das mulheres que raramente aparece tratado em pormenor na bibliografia referente às migrações: o impacto que o factor migração exerce sobre os recursos e as obrigações inerentes à prestação de cuidados. A autora discute a relação entre prestação de cuidados e autonomia, tanto em termos do impacto que a migração tem nas

redes de apoio que o país de acolhimento põe à disposição da pessoa prestadora de cuidados, como em termos das obrigações de assistência que continuam a ligá-la ao respectivo país de origem. O trabalho assenta numa análise de trajectórias de vida de mulheres migrantes, ilustrando a importância de uma perspectiva biográfica nas análises da migração e da cidadania.

Este artigo é mais um complemento do que uma reprodução exacta da sua apresentação oral, e isto por duas ordens de razões: por um lado, porque não fazia grande sentido que se reproduzisse aqui material anteriormente publicado, uma vez que já noutros textos se deu conta, com grande pormenor, daquilo que tem sido a evolução dos fundamentos jurídicos da cidadania ao abrigo da legislação sobre a livre circulação, bem como dos números relativos à geografia das migrações intracomunitárias (Ackers, 1994, 1995, 1996a, 1996b, 1996c). Por outro lado, a experiência revela que a discussão pormenorizada de materiais de tipo qualitativo nem sempre é fácil de transmitir em comunicações orais, mais adequadas a uma apresentação sumária dos objectivos, da metodologia e das conclusões da investigação desenvolvida.

Introdução

Assim, o presente artigo detém-se num aspecto da experiência das mulheres que raramente aparece tratado em pormenor na bibliografia referente às migrações, e que consiste no impacto que o factor migração exerce sobre os recursos e

as obrigações inerentes à prestação de cuidados. Os excertos de entrevistas com mulheres migrantes que serão apresentados ilustram a importância de uma perspectiva biográfica nas análises da migração e da cidadania. Embora, em muitos casos, no momento inicial da migração existam elevados níveis de autonomia por parte das mulheres migrantes, as mudanças posteriores dos seus ciclos de vida — o casamento, a maternidade e as crescentes responsabilidades no domínio da assistência à família — acabam por ter um efeito profundo na autonomia dessas mesmas mulheres no período pós-migração. A minha intenção aqui não é tanto traçar um quadro de dependência e de limitações, mas antes mostrar como agência e constrangimentos interagem ao longo do tempo e em diferentes espaços, no interior de um quadro de recursos familiares e individuais em constante mutação. Ao fazê-lo, espero desenvolver uma conceptualização mais abrangente e menos passiva de autonomia e de dependência, ou seja, em que estas surjam, não como os pólos opostos de um eixo de desesperança, mas sim como um complexo jogo de interações que exige uma análise da natureza das relações bem mais pormenorizada do que a teoria da cidadania sugere.

«Cuidar à distância»

Este artigo¹ debruça-se sobre a relação entre a prestação de cuidados e a autonomia, tanto em termos do impacto que a migração tem nas redes de apoio que o país de acolhimento põe à disposição da pessoa prestadora de cuidados, como em termos das obrigações de assistência que continuam a ligá-la ao respectivo país de origem, e que não só perduram como vão tendo, elas também, a sua própria evolução. Em vez de se centrar unicamente nos cuidados materno-infantis, o presente trabalho opta por uma abordagem feita a partir das trajectórias de vida, por forma a dar conta do impacto da migração no quadro mais vasto dos recursos e das obrigações inerentes à prestação de cuidados. A dimensão espacial do alcance destes recursos e obrigações assume, ao longo do ciclo de vida, uma importância primordial para muitas mulheres que conheceram a realidade da migração tanto a nível intra-regional como a nível internacional ou intracomunitário, num processo em que a geografia da dependência vai criando

¹ O presente artigo está na base de um capítulo da obra *Shifting Spaces: Gender, Citizenship and Migration in the European Union* (Ackers, no prelo).

a sua própria dinâmica de escolhas e constrangimentos. Se nalguns casos existe a possibilidade de as mulheres se colocarem à margem da prestação de cuidados, noutros casos, a sua autonomia fica seriamente restringida dada a pressão ao nível, tanto dos recursos económicos, como das relações pessoais. As obrigações relativas aos cuidados podem, elas próprias, desencadear novos movimentos de migração. Nas conclusões com que rematam uma colecção de ensaios dedicados às geografias de mulheres ao longo do seu percurso biográfico, Katz e Monk salientam a importância do «lugar» para a compreensão do factor «cuidar» na vida das mulheres:

Uma das peculiaridades da co-ocorrência de duas das características dos trajectos de vida típicos do Ocidente industrializado — o adiamento do nascimento dos filhos e o aumento generalizado da esperança de vida, a par com os encargos relativos à prestação de cuidados — resulta em que, muitas vezes, as mulheres de meia-idade têm de fazer muitos malabarismos para conseguirem conciliar não só o trabalho assalariado e a educação dos filhos, mas também a assistência aos membros mais idosos da família. A dispersão das famílias por diferentes cidades, regiões ou até mesmo países, faz com que seja cada vez mais difícil gerir todas estas intersecções. Ora é precisamente a especificidade da forma espacial que torna mais simples ou mais difícil lidar com estas redes de assistência extensivas que absorvem o tempo das mulheres, a sua energia emocional e física (Katz e Monk, 1993: 275).

A tendência para estabelecer a distinção entre dois períodos de assistência delimitados no tempo e para os situar em análises da cidadania conceptualmente distintas (ou seja, enquanto «cidadã prestadora de cuidados» e «cidadã mãe») é problemática para a maioria das mulheres. Embora, do ponto de vista empírico, as experiências das mulheres migrantes sejam singulares em alguns aspectos importantes, elas permitem pôr em destaque algumas falhas fundamentais do debate e das políticas públicas que afectam todas as mulheres. O presente artigo debruça-se sobre a estrutura familiar das mulheres migrantes, sobre o alcance geográfico e temporal das relações e das dependências inerentes à prestação de cuidados, e ainda sobre as interpretações e as respostas que as mulheres constroem sobre elas. Apresentam-se aqui alguns estudos de caso por forma a realçar a importância de se encarar estes aspectos das vidas das mulheres como partes integrantes de uma complexa rede de obrigações e de recursos que formam um quadro de oportu-

nidades e de restrições que por sua vez condiciona a liberdade de escolha das mulheres ao longo do tempo e em diferentes espaços.

**A dispersão
espacial da
família alargada:
cuidados
e dependência
no país de
acolhimento**

A primeira parte da secção que se segue detém-se nas estruturas familiares das mulheres migrantes nos países de residência. Para a maior parte das mulheres consideradas, esta realidade abrange a prestação de cuidados aos seus filhos «biológicos». Para outras, a situação pode abranger os sogros e o agregado familiar do lado do marido ou parceiro, e também eventuais enteados de relações anteriores deste. Além disso, algumas mulheres migrantes cuidam ainda de membros do seu próprio agregado familiar, os quais migraram também, normalmente algum tempo após o momento em que elas abandonaram o país de origem, para se lhes juntarem no país anfitrião, geralmente com o objectivo de ficarem ao seu cuidado. A secção seguinte detém-se então, em primeiro lugar, no impacto que o facto de ter filhos exerce sobre as mulheres migrantes, cuja esmagadora maioria não dispõe por perto de ninguém da própria família (nem de quaisquer outras fontes de apoio informal). Assim, a nossa atenção incidirá aqui, primordialmente, sobre as mulheres enquanto mães de crianças pequenas e enquanto potenciais receptoras, elas próprias, de apoio informal. A análise incide seguidamente nas obrigações mais amplas que no país de residência recaem sobre estas mulheres migrantes relativamente a outras pessoas que não os seus próprios filhos. A nossa atenção centrar-se-á, finalmente, na avaliação da situação da família alargada no país de origem e nas respostas das mulheres às obrigações, existentes ou potenciais.

**Cuidados das
crianças e apoio
informal no país
de origem**

Cerca de 60% das mulheres entrevistadas eram mães. No decorrer das entrevistas, muitas falaram da experiência da maternidade no período que se seguiu à migração, referindo-se frequentemente à falta de ajuda no plano prático e afectivo. Quebrados os laços de parentesco e a ligação comunitária com o país de origem, falta-lhes o tipo de apoio com que contam muitas mulheres para poderem conciliar o trabalho remunerado e não-remunerado e para manterem relações equilibradas com os respectivos parceiros. A falta de apoio familiar para ajudar à educação dos filhos foi algo que muitas mulheres referiram, muito especialmente as oriundas

dos países do sul da Europa, onde as expectativas relativamente ao apoio familiar são mais elevadas. Uma mulher descreveu da seguinte maneira a sua experiência de maternidade enquanto mulher migrante: «Se se é estrangeira, não se tem família, e essa é uma das dificuldades. Eu sabia que se tivesse ficado em Espanha teria tido muito mais ajuda tanto da parte da minha mãe como da minha família» [008]. Uma outra mulher não fez mais do que dar voz ao sentir da maior parte das entrevistadas quando afirmou ter sentido a falta de «uma avó ... alguém que me tome conta deles» [502].

Seria razoável pressupor que as mulheres que têm familiares a quem recorrer no país anfitrião (pelo lado do respetivo cônjuge ou parceiro) não estivessem tão isoladas e recebessem mais ajuda prática. As entrevistas deram a entender, no entanto, que tal situação raramente se verificava; as relações com os sogros eram muitas vezes complexas e decepcionantes, contribuindo até, ocasionalmente, para essa sensação de isolamento. O caso que seguidamente se apresenta evidencia os problemas vividos por muitas mulheres migrantes que, não obstante estarem casadas com um cidadão do país anfitrião, não dispunham de apoio informal por parte da família deste, tendo por essa razão sofrido de uma grande sensação de isolamento e de solidão. Esta entrevista deixa também perceber a importância que os recursos económicos assumem enquanto dimensão do apoio social:

Este é o caso de uma mulher que foi do Luxemburgo para o Reino Unido, inicialmente para trabalhar como «au pair». Regressou passado um ano, quando a sua licença de trabalho expirou, mas voltou após a adesão do Reino Unido à CE, para ir ter com o namorado inglês. Então casaram e tiveram duas filhas: «Não tinha cá família nenhuma a não ser os meus sogros, e a minha relação com eles não era das mais fáceis. Por isso foi difícil, acho que foi muito difícil, e senti-me muito só, muito só, terrivelmente só. E é claro que não tinha muito dinheiro para telefonar a ninguém, por isso, sim, foi muito difícil. Acho que se na altura tivesse mais dinheiro tinha ido lá [ter com os pais] mais vezes — não sei. Mas tinha sido muito bom ter a mãe para tomar conta das crianças, não é?, e ter alguém. Não podia fazer nada porque nunca tivemos «baby-sitter». Não tínhamos dinheiro para lhe poder pagar». O casamento terminaria em divórcio e esta mulher coabita agora com outro inglês. Aconteceu também que durante o tempo em que decorreu o processo de divórcio os pais dela morreram com muito pouco tempo de diferença um do outro. «Nesse ano foi tudo bastante traumático e eu fiquei sem saber o

que fazer. Pensava para mim: devo voltar ao Luxemburgo?, devo ficar aqui?, mas é claro que as minhas filhas tinham nessa altura 8 e 10 anos e eram inglesas, e eu achei que não era justo para elas obrigá-las a voltar» [187].

Muitas mulheres com filhos em idade pré-escolar conseguiram um certo grau de apoio informal regressando regularmente ao respectivo país de origem para visitas prolongadas às mães, irmãs e amigos. Esta situação foi claramente menos comum no caso das mulheres cujos recursos monetários eram mais limitados ou cujos parceiros não estavam dispostos a «libertar» fundos para esse efeito. No entanto, ela deixou também de ser opção mesmo no caso das mulheres com posses, a partir do momento em que os filhos atingiram a idade escolar e adquiriram um sentimento de identificação mais forte com o país anfitrião (particularmente quando lhes passou a faltar a aptidão linguística para comunicar com a família residente no estrangeiro). O caso acima referido deixa igualmente transparecer a grande responsabilidade que se abate sobre muitas mulheres migrantes. Divorciada numa altura em que as filhas eram ainda muito pequenas e tendo os pais doentes, a morrer, no Luxemburgo, ela viu-se efectivamente sozinha e viveu então um enorme sentimento de culpa e um «stress» muito grande por não poder prestar assistência aos pais.

Em alguns casos as mulheres receberam auxílio das suas famílias «naturais» (principalmente das mães) no que se refere à educação dos filhos. Este tipo de auxílio pode implicar que as crianças regressem ao país de origem a fim de aí ficarem a viver com a família. Verificou-se um caso em que uma jovem francesa, separada do pai natural da filha, mandou esta para França durante dois meses num período em que teve que se dedicar aos estudos a tempo inteiro no Reino Unido. Apesar de reconhecer a importância que esta ajuda teve para si, esta mulher fez o seguinte comentário: «quando regressei [para a ir buscar] ela já não era a minha filha e eles quiseram ficar com ela» [009].

A situação mais comum era os pais da mulher, ou apenas a mãe, virem visitá-la por curtos períodos após o nascimento de cada filho. Os dois estudos de caso que se seguem dão-nos uma ideia de algumas medidas mais complexas a que algumas mulheres tiveram que recorrer para terem a sua vida de migrantes mais facilitada e para conseguirem conciliar o seu duplo papel de mãe e de trabalhadora assalariada. Além

disso, servem para ilustrar o impacto da migração na «geografia» da dependência:

Júlia veio para a Suécia em 1978 com a idade de 16 anos, por causa daquilo que foi um casamento mais ou menos arranjado com um amigo da família que aí residia. O marido já tinha parentes na Suécia (os irmãos e os primos da mãe). A seguir ao casamento ela foi trabalhar para uma fábrica até ao momento em que nasceram os seus três filhos, após o que deixou de trabalhar por algum tempo para poder tomar conta deles. Depois, mandaram os filhos para a Grécia para frequentar a escola, e aí ficaram a cargo da irmã dela. Assim, pôde retomar o trabalho a tempo inteiro. Mais tarde a mãe do marido veio viver para perto deles na Suécia. Os pais de Júlia vivem na Grécia e quem olha por eles é um irmão dela que vive com eles. Comentário da entrevistada: «Sinto muitas vezes que para mim é um fardo muito grande o facto de não estar junto dos meus pais — o não poder tomar conta deles e ajudá-los. É difícil ter que viver noutra país quando os nossos pais estão a ir para velhos. Eu falo muitas vezes ao telefone com a minha mãe...» (Marido:) «E telefona muitas vezes para os filhos quando estão em aulas, na Grécia ...telefona quase dia-sim, dia-não!»

Esta mulher afirmou que achava muito difícil estar sem os filhos (presentemente com as idades de 15, 14 e 12 anos), mas que faz horas extraordinárias durante dez meses por ano para todos os anos poder ir passar dois meses à Grécia pelo Outono e mandar vir os filhos para passarem com ela o Verão [240]².

Neste caso complexo, a mulher e o marido haviam efectivamente «exportado» algumas das suas obrigações de assistência (para com os filhos) e «importado» outras (para com a mãe do marido). Num outro caso, a família empreendera uma série de migrações (circunstância bastante comum, de resto) que tiveram como resultado perturbações nas estruturas familiares. A situação foi ainda agravada pelo colapso do casamento e das condições de emprego, o que impediu a família de viver junta durante vários anos (e de mandar vir um filho do país de origem):

Ana casou-se aos 14 anos com o marido português e emigraram juntos para a Venezuela, onde ela teve o filho. Em seguida regressaram a Portugal. A mãe dela migrou então para Londres,

² Os comentários da entrevistada no decurso da presente entrevista levam a crer que a presença (não prevista) do marido e a insistência deste em responder pela mulher terão eventualmente feito com que esta reagisse à situação de maneira mais cautelosa do que seria de esperar.

onde posteriormente o marido se lhe juntou. Algum tempo depois, Ana foi para Londres deixando o filho em Portugal com uma tia dela. Não podia, contudo, viver nem com o marido, nem com a mãe, uma vez que uma e outro tinham empregos internos (trabalho doméstico). Cerca de quatro anos mais tarde decidiu ir buscar o filho: «... e então, um dia, decidi trazer o meu filho de Portugal. Fui direita à casa da minha tia para o ver, e a reacção dele foi ficar ali, especado, a olhar para mim, até que disse: «mamã». Coitadinho! A partir desse dia nunca mais hei-de deixar nenhum filho meu longe de mim. Hei-de levá-los comigo para todo o lado». Os quatro irmãos de Ana vivem agora todos em Londres, um deles com a mãe, e as irmãs continuam a viver em Portugal. Os pais divorciaram-se, vivendo o pai em Newcastle. Agora ela volta ao seu país todos os anos, pelo Verão, para as tias a ajudarem a tomar conta do filho [056].

A mulher cuja entrevista se relata a seguir viveu experiências muito diversificadas e complexas desde o momento em que migrou. Grande parte da entrevista foi preenchida a discutir o impacto destas experiências na sua vida de trabalhadora. Além de ter de cuidar dos próprios filhos, sem grande apoio dos pais e com uma ajuda manifestamente diminuta da parte do marido (que por sua vez também tinha um horário de trabalho muito carregado), foi posteriormente também madrastra, com a responsabilidade acrescida de criar mais cinco filhos. Devido a complicações relacionadas com ela própria e com a relação conjugal do parceiro (na Irlanda), bem como com a situação financeira do antigo companheiro, a entrevistada viu-se obrigada a contribuir economicamente para o sustento dos cinco enteados; ou seja, ela tinha não só de cuidar destas crianças mas também de cuidar para que nada lhes faltasse! Ao mesmo tempo sentia que as pressões causadas por estas responsabilidades contribuíam para a sua falta de saúde e para uma persistente situação de dependência. O estar geograficamente separada dos pais traduziu-se na impossibilidade de se apoiarem mutuamente e veio a resultar numa enorme pressão emocional e num grande sentimento de culpa:

Helen conheceu o seu parceiro irlandês na Inglaterra, onde se casaram, e em seguida foi viver com ele para a Irlanda. Ele tinha cinco filhos de um casamento anterior, e da sua própria união nasceram mais duas crianças. Helen teve problemas decorrentes do anterior casamento e divórcio do parceiro (na Inglaterra), com implicações graves não só para o seu estado civil como também para o estatuto de legitimidade dos filhos. Na prática, o que isto

significou foi que durante um longo período de tempo ela teve de cuidar dos próprios filhos durante a semana enquanto trabalhava a tempo inteiro, tendo ainda consigo os cinco enteados aos fins de semana: «Eu fui mãe substituta de cinco crianças. Não foi exactamente uma ordem do tribunal, foram instruções do juiz». Actualmente sofre de esclerose múltipla e vive de uma pensão de invalidez prolongada. Por esta razão deixou de poder ir regularmente a Inglaterra para ver os pais, já muito idosos (como dantes fazia), e por sua vez estes também já não estão em condições de a visitar: «Agora já não sou capaz de ir com tanta facilidade, porque já me é muito difícil, por exemplo, viajar sozinha no «ferry». Como não há nenhum aeroporto perto da cidade onde os meus pais vivem, é preciso viajar muito para conseguir ir vê-los. E para eles é a mesma coisa para cá virem. Vivo preocupada com o que lhes poderá acontecer, agora que estão a ficar mais velhos. A minha irmã também não vive perto deles, por isso não têm lá ninguém. Não têm ninguém de família por perto, o que me preocupa, como me preocupa também que não me digam nada quando acontece alguma coisa. A minha mãe esteve no hospital, e foi muito sério, mas só me contou depois, para não me preocupar. Ela podia ter morrido» [555]³.

Se a falta de apoio familiar afecta todas as mulheres, tal experiência é particularmente marcante nos casos de famílias monoparentais ou onde existem filhos portadores de deficiências. Na entrevista que se segue feita à mãe de dois filhos deficientes (um dos quais deficiente profundo) são bem evidentes as tensões criadas por esta situação. A consequência prática deste caso concreto foi que a mulher em questão teve ainda menos apoio por parte da mãe (que se sentia incapaz de enfrentar a situação de dois netos deficientes num país estrangeiro), teve um menor nível de integração na comunidade local, e teve menos possibilidades de dar apoio aos pais:

A razão que levou Marie a migrar foi a sua carreira. Mais tarde casou com um inglês e em seguida fez uma série de deslocações intra-regionais motivadas pela vida profissional dele. «Sendo estrangeira, não se tem ninguém de família por perto. Quando me comparo com outras pessoas — ter uma irmã na

³ A ocultação de doenças na família foi uma preocupação corrente manifestada por muitas mulheres, que afirmaram não ter um conhecimento completo da situação «lá na terra»:

«Na altura não me apercebi da gravidade da situação, mas a minha mãe não conseguia fazer nada, por isso a minha irmã e o meu pai cuidaram dela sem me dizerem como as coisas estavam sérias... Não sei o que teria feito se eles me tivessem dito. É muito difícil dizer.» [232]

aldeia, uma mãe [perto]... De um modo geral, as minhas amigas estão na mesma situação que eu. Achemos a situação muito difícil, com as duas crianças... De facto, em Setembro passado, pagámos [a uma ama] para nos ficar com as duas crianças durante 24 horas. Ficámos em casa — chegámos a esse extremo — só queríamos 24 horas. Tenho os meus sogros, mas nunca fizeram nada — agora estão velhos, mas nem sempre foram velhos. O meu marido está um bocado zangado porque a mãe dele teve sempre muita ajuda da parte da mãe dela e por isso devia ter retribuído de alguma maneira, mas foi coisa que nunca fez. Tudo bem, eu não sou filha dela, mas acontece que ela não tem filhas, só tem dois rapazes. Bem, ela ajuda quando há uma crise — como quando estive no hospital. Gostava imenso de sair um fim-de-semana sem os miúdos, mas nem sequer posso fazer isso quando os meus pais estão cá — por muito que gostasse de o fazer — dado o tipo de filhos que temos. A minha mãe bem gostava de me proporcionar isso, mas não gostava de ficar com essa responsabilidade num país estrangeiro onde nem fala a língua, e eu compreendo. Ela diz que se acontecesse alguma coisa... no entanto, quando fomos a França pudemos fazer isso um pouco — agora já não, porque estão muito velhos. Mesmo quando mudámos [de casa] eles estão sempre presentes, não há nada a fazer. O meu marido e eu sofremos bastante com isso e na França é um pouco diferente — os laços de família são um bocado mais fortes — acho que isso é uma coisa muito importante nos países latinos» [101].

Posteriormente esta mulher sofreu de problemas depressivos que levaram a que tivesse de ser hospitalizada durante vários meses. Num outro caso, em situação de monoparentalidade, uma outra mulher tomava conta de um filho seu, deficiente, quase sem apoio de qualquer das famílias:

Claudia conheceu o seu parceiro inglês quando este estava colocado na Alemanha, no exército. Foram para Inglaterra, tiveram um filho e separaram-se cinco meses depois. Nunca chegaram a casar. Nessa altura, a mulher mudou-se para uma outra parte do Reino Unido para ficar mais perto da irmã (que mais tarde regressaria à Alemanha). A criança está agora com seis anos e sofre de uma doença mental (autismo); sofre de graves problemas de comunicação e frequenta uma escola especial para crianças deficientes. A mulher não pode, por isso, trabalhar a tempo inteiro. O trabalho a tempo parcial revelar-se-ia igualmente uma opção impraticável, já que implicava a perda de todas as regalias (incluindo a pensão de invalidez do filho). Presentemente encontra-se desempregada e toda a sua vida gira em torno do filho, que lhe absorve a atenção por completo: «O meu filho para mim é tudo... mal chega a casa da escola, a minha vida pára e só

existe ele». O pai do menino e os avós ingleses têm mantido o contacto com a criança, mas para além disso não recebe nenhuma outra forma de apoio da família [017].

Muitas das mulheres entrevistadas — incluindo as que na altura da entrevista tinham parceiro — haviam, num ou noutro período das suas vidas desde o momento da migração, passado pela experiência de ter de cuidar dos filhos sozinha. Nalguns casos a própria migração tivera origem na ruptura de uma relação a dois, enquanto noutros ela foi a causa dessa ruptura. Quando há filhos pelo meio, é habitual a ruptura familiar dar origem a uma maior solidão nos cuidados dos filhos.

A análise acima desenvolvida deteve-se nas estruturas informais de apoio vividas pelas mulheres migrantes com filhos ao seu cuidado. Embora os cuidados infantis constituíssem o encargo mais comum no país de residência, outras mulheres referiram as obrigações para com outros membros da sua família ou da família do parceiro, incluindo enteados ou irmãos. Num dos casos registados, uma italiana que depois da guerra foi para a Inglaterra ter com a irmã, viúva recente, viu-se na situação de ter de cuidar desta após um processo de deterioração do seu estado de saúde, numa relação caracterizada por um grau muito elevado de interdependência. É significativa a percentagem de mulheres que se ocupa não só dos próprios filhos como também dos filhos dos parceiros e até, nalguns casos, dos filhos dos antigos parceiros (como por exemplo no caso 555, acima apresentado). Esta foi, sem dúvida, uma das obrigações mais observadas. Assumindo frequentemente a forma de cuidados intermitentes, eventualmente através de visitas feitas nas férias de Verão, envolve no entanto, nalguns casos, uma relação parental continuada. Dão-se seguidamente alguns exemplos:

Maria foi de Portugal para a Suécia com o marido, sueco, e aqui tiveram três filhos, antes de a relação terminar. Mais tarde conheceu e desposou outro sueco que tinha dois filhos de um casamento anterior. De momento encontra-se de licença de parto, após o nascimento de mais outro filho. Ela tem assim sobre si, presentemente, a responsabilidade de cuidar de seis crianças com idades compreendidas entre 1 e 18 anos (entre os quais três com doze anos!) [247].

Isabel vive na Inglaterra com o marido e o filho recém-nascido. Ela gostava de regressar a Espanha com a família, mas não

Cuidar dos enteados

pode fazê-lo até os três filhos do marido, fruto de uma da relação anterior, e que vivem perto, terminarem os estudos [014].

«A minha família é assim um bocado uma mistura. Estive casada durante muitos anos com o pai dos meus dois rapazes, que têm agora 20 e 24 anos, e divorciei-me dele há alguns anos. Depois voltei a casar, e em conjunto eu e o meu marido ficámos ao todo com cinco filhos, com idades que vão dos 16 aos 24 anos. E no ano passado até cá tivemos connosco dois deles — o meu filho de 20 anos, que está agora outra vez em Gotemburgo por causa dos estudos, e o filho mais novo do meu marido, que ainda temos a viver connosco e que anda na escola sueca. Portanto, tenho os meus dois filhos, o meu novo marido, os meus enteados e ainda os pais dele. Que são muito idosos» [093].

Nos casos como este, que envolvem famílias «reconstruídas», o período de prestação de cuidados é normalmente mais alargado. A amplitude das idades das crianças tende a ser bastante grande, prolongando o tempo dedicado à maternidade. A importância de se encarar a prestação de cuidados em função de toda uma trajetória biográfica sai também realçada num pequeno conjunto de entrevistas em que as mulheres vieram a retomar os cuidados com os filhos quando estes já se encontravam na idade adulta. Num dos exemplos recolhidos, uma mulher encontra-se a cuidar de um filho de 45 anos. Toda a vida desta mulher, assim como a história da sua migração, foi condicionada por relações de assistência de um ou de outro tipo:

Helen foi para Inglaterra depois da guerra a fim de aí viver com uma amiga e lhe tomar conta do filho enquanto ela ia trabalhar. A seguir regressou a França para cuidar da mãe, que entretanto adoecera. Enquanto esteve na Inglaterra conheceu um jovem que a viria a pedir em casamento: «É óbvio que recusei, que eu não queria sair do meu país. A minha mãe já tinha enviuvado e não tinha mais ninguém com quem contar senão comigo». Por fim o homem foi para França para casar com ela, e lá viveram 18 anos com o filho de ambos e com a mãe dela. Quando o filho fez 18 anos (e a mãe dela morreu), optou por ser inglês, e por isso mudaram-se para Inglaterra. O marido morreu há cinco anos e o filho, agora com 45 anos e impossibilitado de trabalhar por razões de saúde, voltou a viver com a mãe [033].

Uma outra fonte de obrigações no país de acolhimento é a que resulta das relações encetadas com naturais desse país e com o agregado familiar aí residente. A eventual existência de dependências relativamente à família do lado do parceiro

revelou-se ser um factor de grande peso nas tomadas de decisão de muitos agregados migrantes, não só quanto à migração em si, mas também quanto à opção por se fixar num determinado local. Se por um lado tais decisões (de ir viver para perto das pessoas em situação de dependência) afectam nitidamente a autonomia pessoal das mulheres em causa e a sua capacidade de trabalhar e de cuidar dos próprios filhos, uma vez que até a natureza das relações com os sogros é algo que é afectado pela diferença sexual, por outro lado elas limitam a capacidade que a mulher tem de dispensar à família que ficou na terra natal os cuidados necessários. Os exemplos a seguir referidos oferecem alguns cenários característicos de situações em que as mulheres tomaram a seu cargo a assistência a membros da família do parceiro.

Quando a sogra de Louisa faleceu, ela não deixou que o sogro fosse para um lar. Evidenciava com esse gesto uma preferência por formas de assistência familiares, que ela atribui aos seus antecedentes culturais: «Não há nada que chegue a viver no seio da família e a envelhecer com ela... porque na Espanha os laços de família são os mais fortes. Para nós, a família é importantíssima. Está a ver, o meu marido é filho único e quando a mãe dele morreu, há cinco anos, o pai experimentou e viveu sozinho durante algum tempo no apartamento que tinham em Londres, mas depois viu-se que não era capaz de cuidar de si e ele já estava mentalizado para ir para um lar. Mas eu não quis, quer dizer, lá em ... os lares em princípio até são muito bons, só que eu não me via capaz de o despachar — de o mandar para um lugar assim. Nós somos a família dele, temos de o ter ao nosso lado; e ele está feliz e os meus filhos estão felizes, adoram-no, e eu também estou feliz, apesar de nem sempre ser fácil lidar com gente idosa, mas acho que fiz o que devia fazer».

É contudo interessante salientar que mais adiante, no decurso da mesma entrevista, e falando a propósito da filha, Louisa disse que esperava que esta «voltasse» para Espanha, diminuindo assim a possibilidade de vir ela própria a usufruir, na velhice, de assistência por parte da família [035].

Helga foi para a Grécia, casou com um grego e tem dois filhos em casa (de 14 e 19 anos). Também olha pelo pai e pelo irmão do marido, que vivem ao lado. Até há pouco tempo e até à morte da mãe, que se encontrava doente na Alemanha, fazia visitas regulares àquele país a fim de tratar dela [407].

Jane migrou para a Grécia quando ainda era solteira, depois casou e tem agora dois filhos pequenos (com 2 e 5 anos). Mais

Cuidar dos sogros

tarde os pais e os irmãos foram ter com ela, mas de momento não necessitam de cuidados especiais. A mãe do marido, porém, vive num apartamento separado, muito perto do deles: «Nós ajudamo-la porque ela é idosa, é doente dos rins e precisa muito da nossa ajuda» [437].

Muito embora a impressão geral fosse de solidão e isolamento na prestação de cuidados, verificou-se que havia um pequeno número de mulheres que recebera apoio informal de outras mulheres da comunidade, concretamente vizinhas e amigas. Num dos exemplos colhidos, a vizinha de uma mãe solteira que trabalhava em regime de turnos havia prestado a esta um apoio considerável, levando-lhe e indo buscar o filho à escola todos os dias [009]. Uma outra mulher referiu-se ao grupo de mães e de bebés pequenos como sendo uma autêntica «linha vida» [554]. Num caso pouco habitual, várias das mulheres inglesas que foram entrevistadas na Suécia tinham-se juntado para partilhar os recursos disponíveis, numa experiência que se revelaria de grande eficácia:

«Éramos três famílias em que ambos os pais eram falantes de Inglês, com filhos da mesma idade, e todas nós trabalhávamos a tempo parcial. Portanto, num dia os miúdos iam todos para a mesma casa, noutro iam todos para outra, e assim sucessivamente... partilhávamos entre todos a responsabilidade das cinco crianças. Realmente era muito bom porque assim falavam sempre todos Inglês, mesmo no infantário. Eram sobretudo as mulheres quem tomava conta das crianças, como é óbvio. Às vezes os homens ajudavam, porque todos tínhamos empregos bastante flexíveis. Mas as mulheres é que tinham a maior parte da responsabilidade, uma vez que os homens trabalhavam a tempo inteiro» [208].

Responsabilidades no país de origem

Para além das responsabilidades que tinham no país de residência, praticamente todas as mulheres entrevistadas tinham família no país de onde migraram. Nalguns casos as suas famílias tinham-se dispersado em consequência da migração para outros países. De facto, verificou-se ser muito comum os irmãos virem também a migrar, ou para os mesmos destinos das mulheres entrevistadas, ou para outros países. Esta difusão dos recursos e das dependências familiares colocaram as mulheres migrantes perante alguns dilemas complexos. A partir das entrevistas realizadas é possível tirar algumas ilações genéricas. Primeiro, o problema coloca-se de uma forma menos aguda nos casos em que há irmãos

que ficam no país de origem. Além disso, nas famílias com muitos filhos as mulheres sofreram, de um modo geral, menos pressões — tanto pressões emocionais como pressões no sentido de assumirem responsabilidades. Em muitos casos, porém, mesmo quando existiam irmãos, também eles viviam a grande distância dos pais. O sexo dos irmãos geograficamente mais próximos revelou-se outro factor importante, pois apesar de ser bastante comum um irmão do sexo masculino assumir responsabilidades nos cuidados dos pais, tal situação verificou-se principalmente nos casos em que para além desse não existiam outros irmãos ou irmãs (por outras palavras, quando não havia irmãs a viver perto). O mais comum — e também considerado mais normal — era que fossem as filhas a assumir as responsabilidades de assistência, mesmo vivendo noutro país. Em alguns casos isso devia-se ao próprio sentido de obrigação das mulheres. Como foi dito por uma das entrevistadas, «São sempre as raparigas que se sentem mais responsáveis quando chega a altura de cuidar dos pais» [209]. Uma mulher francesa a viver em Portugal afirmou que sentia mais responsabilidade do que os irmãos que viviam em França, porque era a única rapariga e porque «...como filha sinto que devo ser eu a olhar por eles» [322]. Outros casos houve em que a resposta das mulheres pareceu traduzir a ideia de que os pais tinham expectativas baseadas no sexo dos filhos. Uma mulher achava que talvez tivesse de regressar à Grécia para cuidar do pai, apesar de ter irmãos homens a viver perto dele, porque, segundo as suas palavras, «É à filha que compete chegar um copo de água ao pai, não ao filho, pelo menos ele [o pai] espera que seja eu a fazê-lo» [060].

A influência do sexo nas obrigações foi por vezes reforçada, a nível mais pragmático, pela falta de um apoio efectivo por parte dos irmãos homens: «eles [os irmãos dela] não tomam nada conta dela [da mãe], nem acham que têm quaisquer responsabilidades em relação a ela. De qualquer forma, no entanto, a minha família é muito tradicional no que toca a saber quem é que faz o quê e que coisas é que se esperam de um rapaz e de uma rapariga» [213]. Esta impossibilidade de contar com o apoio dos irmãos homens foi algo que ressaltou também no caso de uma italiana a residir na Suécia. Tendo regressado há pouco a Itália por um mês para cuidar do pai e dar apoio à mãe no período que antecedeu a morte dele, esta mulher reflecte assim sobre a perspectiva de a mãe vir a necessitar de assistência no futuro:

«Apesar de os meus irmãos estarem agora a viver na mesma casa que a minha mãe, não creio que eles vão assumir a responsabilidade de cuidar dela se um dia vier a adoecer. Acho que se isso acontecer — e Deus queira que não — ou eu ou a minha irmã teremos provavelmente de regressar para ficar ao pé dela» [249].

A percepção das responsabilidades transpareceu de uma maneira particularmente aguda nos casos em que a entrevistada era filha única ou em que, tendo irmãos, estes eram apenas do sexo masculino. As responsabilidades para com a família, no país de origem, estendiam-se não só aos pais (e aos sogros), apesar de essa ser a situação mais comum, mas também aos avós, aos irmãos e a outros parentes. Uma mulher exprimiu um forte sentimento de responsabilidade para com a ex-sogra:

«Eu tenho outra sogra, que é a mãe do meu primeiro marido e que actualmente vive sozinha, e é-me muito difícil cuidar dela; ela não quer vir para cá. Fiquei viúva aos 30 anos. O meu falecido marido era filho único, e o pai dele também já morreu e eu sinto uma certa responsabilidade em relação a ela. É muito difícil ajudá-la; de facto não posso fazer grande coisa porque ela anda deprimida, mas se eu vivesse na Inglaterra visitava-a mais vezes do que a visito agora» [533].

A natureza das responsabilidades pode ir do suporte continuado nos cuidados de tipo pessoal, a férias prolongadas destinadas a cuidar de pessoas necessitadas ou a aliviar outros irmãos encarregados de idêntica tarefa; até formas de apoio como por exemplo o envio de dinheiro, a coordenação de períodos de acompanhamento no domicílio, o aconselhamento ou a prestação de apoio emocional (muitas vezes por telefone, apesar de se ter verificado a existência, na Suécia, de muitas mulheres que comunicam entre si através do correio electrónico). Algumas mulheres mantinham contacto telefónico diário com os pais residentes no país de origem, concretizando assim um papel importante de apoio aos familiares deixados «lá na terra». Quando confrontadas com a perspectiva de obrigações efectivas ou hipotéticas no país de origem, as entrevistadas responderam de maneiras variadas. Algumas preferiam mandar a família vir ter consigo para o país anfitrião; outras deslocavam-se regularmente ao país de origem, quer em pequenas visitas com a finalidade de prestar assistência elas próprias ou de ajudar os irmãos nessa tarefa, quer para ali passar longos períodos (sobretudo nos casos de

doença grave). Noutros casos as mulheres, talvez devido à impossibilidade de prestar uma assistência a nível pessoal, materializavam o seu apoio através de contributos monetários, do contacto com organizações de assistência social (providenciando formas de acompanhamento no domicílio), ou «organizando» redes de apoio informais. Verificou-se ser bastante comum outros membros da família virem juntar-se às mulheres migrantes, especialmente nos casos em que a assistência se tornava ou previa necessária. À luz da legislação comunitária, o direito à livre circulação e à fixação de residência é extensivo a membros da família em linha ascendente tanto dos trabalhadores migrantes como dos respectivos cônjuges, contemplando ainda o pleno acesso às regalias sociais oferecidas pelo Estado membro anfitrião⁴. Das entrevistas, resulta claro que este direito era exercido sem dificuldade de maior. Os casos que se seguem são bem característicos:

Após a morte do pai, a mãe de Tânia, que sofria da doença de Alzheimer, foi viver para Portugal, para ficar ao cuidado da filha [363].

Tracy foi para Itália e casou com um italiano. O casal tem agora dois filhos de 13 e de 16 anos. A mãe dela (de nacionalidade italiana, mas que fora para Inglaterra quando jovem) foi então viver para Trieste: «Ela queria regressar e nós pensamos que isso ainda era o melhor, para podermos cuidar dela e dar-lhe apoio» [602].

Mary, o marido, os filhos de ambos e a mãe dela encontram-se a viver na Suécia. A mãe juntou-se-lhes pouco depois da migração inicial, quando tinha 80 anos, estando agora com 93:

«A minha mãe já de há muito tempo a esta parte que tem necessidade de cuidados especiais, sendo isso até que motivou a sua migração para a Suécia. Eu queria estar mais perto dela. No ano anterior àquele em que veio, a minha mãe teve uma grande depressão e estava socialmente isolada, pelo que nós achámos que a única coisa que podíamos fazer era estudar a possibilidade de ela vir para a Suécia. Sugerimos-lhe que viesse e ela aceitou. Ela não tinha nada a perder: as amigas tinham todas morrido,

**Mandar vir os
dependentes
para lhes
prestar
assistência**

⁴ Para uma informação pormenorizada sobre as disposições legais pertinentes, ver Ackers, no prelo: capítulo 2.

estava reformada e eu era a única filha. Assim, durante os primeiros quatro anos ela viveu connosco; depois mudou-se para um apartamento dela, onde recebia ajuda sempre que era preciso. De momento está num asilo e acha que não podia estar melhor... Pela parte que nos toca, também estamos a começar a preparar-nos para a nossa velhice e nenhum de nós acha que vai querer ficar cá depois de nos reformarmos, porque os nossos empregos são tudo para nós, enquanto aqui estivermos. Por isso os nossos planos, durante alguns anos, vão ser viver seis meses por ano na Inglaterra e o resto do ano na Suécia, para tentarmos perceber até que ponto é que somos, na realidade, suecos. Eu não aprecio lá muito a maneira como os idosos são tratados na Suécia, por isso acho que nos daremos muito melhor na Grã-Bretanha. E também não queremos ficar aqui só para estar junto dos nossos filhos, embora tivéssemos ficado muito comovidos quando o nosso mais novo abordou o assunto e perguntou, muito preocupado: «Mas quem é que vai tratar de vós se voltardes para lá?» Só que eu não quero ser um fardo para os meus filhos» [219].

Este último caso ilustra perfeitamente a geografia da dependência numa perspectiva de ciclo de vida, como se percebe quando a mulher reflecte sobre o seu próprio envelhecimento, sobre o gradual advento da situação de dependência e sobre as implicações que ela acarreta para os filhos, já totalmente integrados no estilo de vida sueco. Muitas mulheres tiveram que se confrontar com esse dilema: ou mandar vir os pais para viver com elas no país anfitrião, ou regressarem elas ao país de origem para cuidar deles. Não obstante estas mulheres terem, por lei, direito a mandar vir os pais para viverem ao pé delas, tal nem sempre seria viável ou desejável, quer do ponto de vista da mulher, quer do ponto de vista da pessoa ou pessoas em situação de dependência. Foi frequente considerar-se que «ir para junto» das filhas equivalia a colocar em risco as relações familiares, além de ser uma solução pouco satisfatória para os próprios pais devido, principalmente, aos problemas de língua e às preocupações com a sua capacidade de integração e com as implicações em termos de direitos à assistência social. Verificou-se que o recurso à «opção» de trazer os dependentes para perto das filhas teria uma incidência menor nos casos de doença súbita ou inesperada, sendo porém mais comum nos casos em que os familiares previam com bastante antecedência a situação de dependência, ou em que já sofriam há muito tempo de doenças crónicas ou degenerativas, como por exemplo perturbações mentais. Os casos a seguir referidos proporcionam

alguns exemplos dos problemas que as mulheres sentiram ou previram ao pensar mandar vir os pais para junto de si, bem como do impacto que a migração exerce sobre a estrutura familiar:

«Eles são muito idosos — o meu pai tem 75 anos e a minha mãe 81. Por ora estão bem. O meu irmão aparece por lá e vê o que é preciso; para mim é difícil — é muito longe mas não é possível eles virem viver cá para Inglaterra. Para começar, não falam Inglês, nem querem. Se um deles vier a adoecer, já falámos sobre isso... eles já tomaram disposições; o meu pai tinha um irmão numa aldeia vizinha e lá há uma espécie de lar e é para lá que eles vão... a mim não me agrada nada — mas não tenho outra hipótese — pelo simples facto de que estamos muito longe e eu também não posso mandá-los vir para cá viver comigo — pelo simples facto de que eu estou na Inglaterra — e para uma pessoa de 85 anos não é só ir, assim, viver para outro país. Também não posso arrancar daqui a minha família e mudar-me para lá, porque os meus filhos já são ingleses, têm escolaridade inglesa, e não se pode pegar... como disse, não me agrada nada, eu por mim até achava que isso era, não digo o meu dever, no sentido de ter uma corrente agarrada ao pescoço, mas no sentido de ter de olhar pelos meus pais, só que isso não vai ser possível» [020].

Jade vive na Inglaterra com o marido, que é inglês, e com dois filhos pequenos. O pai dela morreu há dois anos, na Alemanha, com 80 anos:

«Foi ficando senil e muito parado. Ainda tentaram mudar-lhe a medicação, mas logo a seguir, no espaço de uma semana, ele morreu. A minha mãe telefonou-me num sábado, e então apanhei um avião na segunda-feira, mas quando lá cheguei já ele tinha morrido. Fiquei mesmo muito triste, porque gostava de ainda o ter visto. Por outro lado, consola-me saber que morreu assim depressa. O único problema foi juntar os filhos para lá ir. [A Mary] não constava do meu passaporte, por isso tivemos de ir a correr à embaixada — e isso foi um bocado traumático. Agora preocupa-me a minha mãe, que está com 75 anos; é que a minha irmã tem três filhos e problemas de saúde, por isso acho que não vai ter condições para cuidar dela. Se ela vier a ficar dependente eu não a posso trazer para cá, porque não fala Inglês. Não sei como é que havia de ser. O que eu mais espero é que ela um dia morra durante o sono enquanto ainda estiver... Espero que isso aconteça mas é por nós, porque ia ser muito difícil — não sei o que é que havia de fazer, com os meus filhos. Por mim eu não tinha problemas em voltar para lá durante um ou

**Casos em que
as mulheres
sentiram
dificuldades
em mandar
vir os pais para
junto de si**

dois meses e em olhar por ela, mas não posso fazer isso eternamente. É que eles também estão a começar a escola agora, e eu também não queria levar comigo as crianças para depois ter que tomar conta delas. Não é que me importe que eles assistam à morte de uma pessoa, mas a minha mãe não ia ter descanso nenhum, com três garotos aos gritos à volta dela! Isto preocupava-me. Os pais do meu marido também estão velhos, mas ele tem três irmãs, por isso o problema não é tão grande, se bem que eu já lhe tenha dito que eles podiam vir para o pé de nós. Com a minha mãe o caso é mais complicado, porque ela não fala Inglês. Se ela tivesse a doença de Alzheimer, eu podia trazê-la para cá — mas mesmo assim, não sei bem como é que seria por causa do sistema de assistência na saúde, aqui. Na Alemanha ela tem um seguro bom. Aqui não sei como é que ela ia ser tratada, visto que não tem médico assistente. Na Alemanha o seguro de saúde dela é bastante bom» [013].

A questão que esta mulher levanta relativamente ao seguro de saúde e à comparabilidade das disposições sociais entre os Estados membros envolvidos foi colocada muitas vezes. Mas aquilo que esta preocupação reflecte quase sempre é uma falta de conhecimento da legislação nacional específica e dos direitos em vigor tanto no país de emigração, como no país de acolhimento. Esta falta de conhecimento faz com que, na prática, as mulheres experimentem grandes dificuldades no exercício da cidadania e na tomada de decisões bem informadas. Isto aplica-se às mulheres não só na altura de tomarem a decisão de migrar (momento em que é dada a primazia às questões relacionadas com a carreira ou com as relações pessoais), mas também quando mais tarde, e à medida que as circunstâncias se alteram, chega o momento de renegociar a sua posição em resposta às novas obrigações familiares. Em alguns casos era visível que as mulheres haviam feito «escolhas» informadas, baseadas no conhecimento que tinham dos diferentes sistemas de segurança social. «Para mim vai ser complicado fazer com que ela venha, sobretudo porque as estruturas que existem em Portugal não têm nada a ver com as que existem em França, em termos, por exemplo, de saúde» [346].

Clarissa, actualmente a viver na Inglaterra, estava confiante quanto à ideia de os pais virem a ter, na Suécia, uma boa assistência por parte do Estado. «Passa-se de um sistema de assistência para outro, portanto sob esse aspecto sinto-me bastante segura na Suécia. Não sei bem se sentiria a mesma segurança aqui. Mas, bom, tenho amigos, ou antes, amigas, na Itália, que

vivem lá há uns vinte ou trinta anos. E elas estão-me sempre a dizer: «Ai, dá-te por muito feliz por teres os teus pais na Suécia - nem fazes ideia de como aquilo é na Itália!» Na Suécia, sim, cuidam das pessoas idosas» [093].

É importante salientar que muitas das mulheres se mostraram satisfeitas com as estruturas de assistência domiciliária existentes nos respectivos países de origem. Até certo ponto, isto pode reflectir o facto de se tratar de recursos hoje em dia mais ao alcance de todos e de melhor qualidade, mas também — e em parte como consequência desta circunstância — a existência de uma menor pressão cultural sobre as mulheres no sentido de se sentirem obrigadas a desempenhar tarefas de apoio informal. Em todas as situações deste tipo, tornou-se claro que as mulheres em questão não se sentiam tão pressionadas a reestruturar as suas vidas com vista a poderem proporcionar cuidados informais. Tal foi especialmente evidente nos casos que envolviam mulheres suecas e alemãs, de um modo geral mais preparadas para aceitar a assistência domiciliária como solução para o problema da dependência na terceira idade. As mulheres italianas e espanholas, por outro lado, mostraram maior resistência a uma solução deste tipo, numa atitude que de algum modo reflecte o subdesenvolvimento da legislação oficial relativa à assistência à terceira idade, os custos das formas de assistência privada, e ainda o estigma associado ao recurso aos serviços de tipo «formal». É igualmente interessante observar que as mulheres migrantes a residir na Suécia — independentemente do respectivo país de origem — se mostraram mais receptivas à ideia de facultar assistência domiciliária aos pais, o que sugere que a «cultura da assistência» sueca terá influenciado a sua maneira de pensar. Foi, contudo, amplamente notório o reconhecimento das implicações da retracção verificada na área da segurança social, mesmo nos países escandinavos, uma tendência que, na perspectiva de algumas mulheres, parece prenunciar um futuro de incerteza. A citação que se passa a transcrever, de uma mulher dinamarquesa a viver na Suécia, ilustra precisamente o problema que é fazer planos para a velhice nestes tempos de reestruturação da segurança social:

«Se a minha mãe precisasse de ajuda... provavelmente iria para um lar. Pelo menos, assim o espero. Mas nunca se sabe. O sistema de segurança social na Dinamarca está a degradar-se e as pessoas têm de começar a fazer poupanças e a investir o

dinheiro em todo o tipo de seguros, de que hão-de vir a beneficiar quando forem mais velhas» [218].

O regresso ao país natal para prestar assistência obrigou a que muitas vezes as mulheres em questão tivessem de desistir da sua vida profissional (mesmo nos casos em que as visitas eram relativamente curtas) e foi causa de uma tensão considerável no interior das famílias. Para as mulheres com filhos pequenos, viver com este dilema foi uma experiência ainda mais dramática e dolorosa:

«Penso que neste momento não me era possível sair da Alemanha para ir ajudar o meu pai, porque para os meus filhos ia ser muito difícil voltarem a adaptar-se a uma outra migração e a outra cultura. O meu pai não quer vir viver para a Suécia. Precisa da rede de relações sociais e dos médicos que agora tem» [209].

Na realidade, a maioria das mulheres que afirmaram ter regressado ao país de origem ou estarem preparadas para a eventualidade de ter de o fazer, não tinham filhos para cuidar. Um outro factor a ter em conta é a idade dos filhos: em certos aspectos, as mulheres com filhos em idade pré-escolar mostraram-se mais «soltas», ao passo que as mulheres com filhos a frequentar a escola primária ou secundária revelaram estar especialmente amarradas ao país anfitrião. Walker usou o conceito de «novo contrato geracional» para descrever o impacto da reestruturação da assistência social — caracterizada pela retracção dos serviços oficiais e pela redução nos gastos sociais — sobre as obrigações de assistência, com as subsequentes repercussões em termos de tensões profundas e complexas no interior das famílias. Para o autor, tal tendência «tem o potencial explosivo de uma panela de pressão, podendo gerar novos conflitos tanto entre aqueles que prestam assistência e os familiares mais idosos, como dentro do próprio núcleo familiar da pessoa que presta assistência» (Walker, 1996: 35). As entrevistas ilustram bem as manifestações específicas desta dinâmica ao longo do tempo e do espaço. Noutros casos ainda, as entrevistadas mostraram-se divididas entre as responsabilidades para com os pais do parceiro e o desejo de ficar com os seus próprios pais:

«O problema é que eu gostava de ir para Itália, já não digo todos os natais, mas ao menos uma vez. Mas agora não podemos, por causa dos pais dele. No ano passado ele disse-me, se queres ir, vai, mas eu não posso. Eles são como pais para mim, e por isso não posso abandoná-los. São tão idosos! 86 anos» [xxx].

Foi frequente as mulheres verem-se confrontadas com a necessidade de regressar a «casa». Tal deve-se, em parte, à circunstância de os serviços do Estado estarem a assumir cada vez mais a forma de gestão de crises em vez de procurarem intervir no sentido de evitar que as situações degenerem em crise, e em parte à dificuldade de fazer deslocar as pessoas doentes. Algumas mulheres viram-se forçadas a adiar o momento da migração devido a terem que cuidar de alguém:

143

«A minha mãe faleceu em 1985, e foi sobretudo a minha família quem a ajudou, e ficavam com ele todos os fins-de-semana. E quem o ajudou a passar a crise até foram os meus filhos. Hesitei durante muito tempo em ir para a Suécia. Pensei: não, não posso ir-me embora. Sinto que sou responsável pelo bem-estar do meu pai, e isto apesar de ter dois irmãos e uma irmã ainda a viverem na Alemanha» [209].

Adiamento da migração por motivos de assistência:

«Na altura em que migrei o meu pai esteve bastante doente. A certo ponto pensámos que se calhar ele ia morrer. Por isso sentia-me muito mal por ter de me ir embora para tão longe. Então decidi que só ia se o estado de saúde dele melhorasse, e melhorou mesmo. Mas durante muito tempo depois de ter migrado existiu em mim um grande sentimento de culpa por ter saído de ao pé do meu pai, especialmente... Quando esteve doente fomos sobretudo a minha mãe e eu que tratámos dele, sabe, e eu não queria deixar a minha mãe sozinha a braços com essa responsabilidade. Acontece que eu tenho um irmão, mas ele acha que não tem obrigações nenhuma para com os nossos pais, mas pela parte que me toca sinto que quero mesmo ajudá-los, especialmente se adoecerem» [229].

Noutros casos as mulheres haviam regressado ao seu país depois de terem migrado devido a obrigações de assistência. Os casos que em seguida se apresentam são bem elucidativos do tipo de migrações em que as mulheres se vêem envolvidas, enquanto responsáveis pela prestação de cuidados e gestoras de toda uma complexa teia de dependências:

Orla foi viver para Londres com a prima, em 1959, à procura de trabalho, e aí conheceu o seu companheiro irlandês. Depois da morte da mãe largou o emprego e regressou ao seu país para cuidar do pai doente por um período de mais de dois anos, durante o qual ocorreu também a morte do irmão. Em seguida Orla casou com o companheiro e regressou a Londres, onde vieram a ter três filhos [058].

Karen viu-se forçada a deixar o emprego que tinha na Inglaterra, bem como os seus dois filhos (na altura com 18 e 20 anos), por um período superior a dois anos, quando a mãe, que era viúva e que vivia na Dinamarca, adoeceu (acabando por morrer). Ela descreve esta fase da sua vida como de «andanças constantes para trás e para diante» [072].

Liz é filha única (adoptada) e considera a questão da assistência à mãe como sendo responsabilidade sua: «O meu marido sabe perfeitamente que se alguma coisa lhes acontecer eu volto para lá o tempo que for preciso — foi assim que eu fui criada. Foi sempre assim, por isso cresci sem nunca ninguém precisar de me dizer que eu é que tinha de cuidar dos meus pais». Muito embora a mãe da Liz não esteja, de momento, em situação de precisar de cuidados, tem por sua vez a seu cargo, a tempo inteiro, a mãe dela, pelo que Liz vai regularmente ao seu país por períodos de várias semanas de cada vez, para permitir que a mãe descanse da tarefa de tratar da avó, agora com 96 anos [002].

Verificou-se que nalguns casos os efeitos da migração eram mediados pela proximidade espacial. Este aspecto revelou-se particularmente notório no caso das migrações entre a Finlândia e a Suécia e entre a Irlanda e o Reino Unido, sendo que a migração intracomunitária coloca mais ou menos os mesmos problemas que as migrações intra-regionais. Em tais casos, viu-se ser frequente as decisões das mulheres migrantes relativamente à fixação de residência serem influenciadas pela necessidade de ficar o mais perto possível dos pais. Contudo este fenómeno foi também identificado nalgumas das restantes entrevistas, das quais transpareceu a ideia de que o acesso a certas ligações ferroviárias ou aéreas e a fixação de residência numa determinada região foram factores que fizeram, na prática, com que as mulheres continuassem de facto a ser a pessoa geograficamente mais próxima para a prestação de cuidados. Isto ficou muito claro em algumas das entrevistas levadas a cabo, por exemplo, em Plymouth, de onde é muito fácil o acesso a França e a Espanha.

Quanto às mulheres entrevistadas que estavam a trabalhar em sectores relacionados com o turismo — uma ocorrência de resto bastante comum —, a sua situação também era de molde a permitir-lhes beneficiar, muitas vezes, de regalias especiais no respeitante a viagens, o que lhes tornava possível fazer visitas regulares ao seu país. Num determinado caso, a decisão de uma mulher francesa em relação ao seu

futuro profissional foi tomada em função da proximidade geográfica. Não obstante ter uma irmã em França, o facto de a irmã ser casada e de a entrevistada ser solteira exerce sobre ela uma maior pressão no sentido de se disponibilizar para prestar ajuda em caso de necessidade. Devido, na prática, ao seu local de residência e à facilidade de viajar (por ser professora de línguas), ela afirma que agora vê os pais mais vezes do que antes de ter migrado:

«É por isso que, de certo modo, quando eu andava à procura de emprego, procurava sempre um lugar de onde me pudesse deslocar depressa — para poder ir a casa no mesmo dia. Sempre tive isso em conta. Dependendo da gravidade do estado deles, talvez eu considerasse a hipótese de deixar o emprego durante algum tempo, mas muito possivelmente voltava — não sei. A minha irmã é casada e trabalha a tempo inteiro — tem uma vida mais ocupada do que eu. Se a minha presença fosse necessária, o mais provável é que tivesse de ir. Eles vivem a uma hora de carro de Roscoff, por isso volto lá de seis em seis semanas — tudo bem — fica caro, mas pronto» [021].

145

Esta entrevista é ilustrativa de alguns dos custos, em termos económicos, de dar assistência à família residente noutro país e de manter contacto com ela. Nas entrevistas realizadas, foram muitas as mulheres que se referiram às implicações financeiras da migração em termos de obrigações a longo prazo. Em alguns casos isto implicava o envio de quantias em dinheiro para fazer face ao pagamento de serviços de enfermagem, empregadas domésticas, etc., ou como medida de reforço do rendimento familiar, enquanto noutros as mulheres se referiram ao custo proibitivo do seu eventual regresso para efeitos de prestação de cuidados e às providências que haviam tomado para garantir que, se necessário, pudessem regressar ao seu país de origem a fim de aí cuidar da família.

Muitas mulheres exprimiram ainda um forte sentimento de culpa pela impossibilidade de darem apoio, quer ao pai ou à mãe, quando carecidos e em situação de dependência, quer aos irmãos que entretanto ficaram com todo o trabalho da prestação de cuidados a seu cargo exclusivo:

«Bem, agora os meus pais estão mesmo muito velhos, e é a minha irmã quem tem estado a olhar por eles desde que começaram a precisar de mais assistência. Ela vive muito perto e por isso é ela que trata deles, porque eles não querem estranhos a vir-lhes a casa cuidar deles. Mas às vezes quem me dera estar

mais perto para poder ajudar os meus pais, mas acho sobretudo é que eu devia ajudar a minha irmã. É uma grande carga que ela tem e realmente não é justo que ela tenha de tratar deles sozinha só porque eu estou a viver tão longe. O meu pai tem 87 anos e está muito doente. Tenho algum sentimento de culpa, porque a minha irmã está, ela mesma, bastante doente, e não se encontra em estado de tratar de ninguém senão dela própria... Mas não posso dizer que alguma vez tenha posto a hipótese de regressar só para poder tratar dos meus pais, e eles por eles também não gostavam de vir para cá» [238].

146

Martha vive na Inglaterra com o marido e com dois filhos crescidos. A mãe, a viver na Suécia, é viúva e necessita de cuidados permanentes. A irmã, que por sua vez tem três filhos para cuidar, chamou a si o papel principal na prestação de cuidados à mãe. Na altura em que se realizou a entrevista tornou-se evidente que este «acordo» começava a dar sinais de tensão. A propósito da assistência à mãe, esta mulher respondeu:

«Trata-se de uma questão muito pertinente, porque a minha irmã, que como lhe disse é professora e que tem oito semanas de férias, acabou de me dizer que não vai ficar oito semanas a tomar conta da mãe e que quer que eu a vá ajudar. Eu disse-lhe que a ajudava de bom grado, mas que eu oito semanas de férias não tenho. Sim, se a minha irmã me tivesse pedido muito a sério para ir ajudá-la a cuidar da minha mãe, de certeza que eu teria considerado essa hipótese muito, muito a sério. Mas claro, se a minha irmã me tivesse pedido a sério, me tivesse dito que não aguentava e me tivesse perguntado se eu podia ir ajudá-la, é claro que eu considerava essa hipótese. Mas não para ficar lá para sempre. E depois, quer dizer, a minha mãe está com 86 anos, por isso, está a ver?, se eu fosse tomar conta dela supondo que não ia ser por muito tempo. Mas por outro lado, pode ser que ela seja da raça viking e que dure por mais 10 ou 20 anos, mas também sabe como é, estatisticamente» [069].

O «stress», neste caso, advém da necessidade de apoiar a irmã, que é aqui a única pessoa encarregada da prestação de cuidados numa relação de crescente dependência. As palavras da entrevistada sugerem uma reacção defensiva a uma situação que lhe coloca dilemas muito concretos enquanto mulher com uma vida profissional boa e a tempo inteiro, um marido inglês e dois filhos crescidos e também a viver na Inglaterra. Não obstante lhe ter sido impossível até à data prestar, na prática, muita ajuda, a entrevistada afirmaria posteriormente que telefonava à mãe todos os dias.

Para outras mulheres, o sentimento de culpa por não terem podido prestar assistência no passado — fosse por causa da distância, dos filhos ou da vida profissional, e muito especialmente nos casos em que a pessoa em situação de dependência veio a morrer — é algo que carregarão consigo durante muitos anos:

«A minha mãe adoeceu há mais ou menos dez anos e morreu em 1989. Nessa altura tinha eu acabado de ter o meu terceiro filho, e não tinha possibilidade de a ir visitar tantas vezes como devia. Desde que ela morreu tenho sentido uma certa culpa por não ter ido lá mais vezes. Eu devia ter lá ido. Já muito depois da morte dela continuei a ter estes pensamentos, e ainda me sinto mal com isto» [239].

147

Muitas mulheres que até ao momento ainda não haviam passado pela experiência efectiva de necessitar de ter de cuidar dos pais mostraram, apesar disso, não deixar de viver numa ansiedade permanente com tal perspectiva e com o impacto que ela poderia vir a ter nas suas vidas, por se acharem divididas entre os vínculos familiares no país de residência, a vida profissional, e um sentimento de obrigação para com os familiares que deixaram no país de origem. Esta foi, na verdade, a questão mais difícil com que as entrevistadas se debateram. Foram, ao todo, noventa e quatro as mulheres que expressaram uma real preocupação quanto à perspectiva de terem, no futuro, de cuidar de alguém que ficou no seu país de origem.

A cidadania, pelo menos no seu aspecto social e político, tem sido operacionalizada, no plano das políticas sociais comparadas, através do uso de conceitos de dependência (Ackers, no prelo: cap^o 5). Os materiais que aqui foram objecto de análise tornam claro que, para se compreender melhor as experiências das mulheres enquanto cidadãs, é necessário ter em consideração todo um conjunto de dependências e de interdependências relacionadas entre si. Partindo dos conceitos de individualização e de autonomia preconizados por O'Connor e Orloff (O'Connor, 1993: 511; Orloff, 1993), este projecto procurou avaliar o processo de migração do ponto de vista da experiência das mulheres. As mulheres migrantes constituem, por direito próprio, um grupo muito importante, e o processo migratório marca uma distinção entre as experiências das mulheres migrantes e não-

Conclusão:
cidadania,
dependência
e autonomia
num contexto
de migração.

-migrantes. Quando as mulheres são arrancadas de junto da «almofada» protectora formada pela família alargada e pelas redes de ajuda informal (e também pelas várias obrigações e expectativas que lhes estão associadas), põe-se a nu de forma muito crua a relação entre a dependência pessoal (relativamente aos respectivos parceiros) e a dependência pública (relativamente ao Estado e ao mercado de trabalho). A remoção das sucessivas camadas da ajuda informal e familiar, quantas vezes invisível, bem como da «opção» por uma rede segura de apoio — camadas essas que são o alicerce da vida de muitas mulheres, e que lhes permitem exercer alguma liberdade de escolha (especialmente no sentido de garantir algum meio de autonomia financeira ou de fugir a eventuais relações de opressão) —, põe em evidência não só o estatuto singular das mulheres migrantes, mas também a natureza geralmente oculta da esfera «privada» da vida das mulheres.

Qualquer estudo sobre as mulheres que migram deter-se-á igualmente nas relações de poder no interior da família. Na sua maior parte as nossas vidas são determinadas, na prática, pela evolução gradual e muitas vezes inconsciente de um sem número de «pequenas» decisões que tomamos à medida que vamos negociando as nossas relações pessoais ao longo do nosso percurso de vida, sentida muitas vezes como uma erosão progressiva da autonomia. Não obstante algumas destas decisões se revestirem de uma grande importância e de frequentemente precipitarem alterações significativas nos equilíbrios de poder que atravessam as relações pessoais (sobretudo aquelas decisões que se prendem com a prestação de cuidados aos filhos ou a familiares dependentes), elas constituem muitas vezes marcos de um processo cumulativo que vai moldando o contexto da vida das mulheres e as relações de poder no lar, e que tendem a ocorrer no quadro de um dado contexto cultural (ainda que mediado pelos factores classe, etnicidade, etc.). As experiências das mulheres migrantes são pontuadas por uma outra decisão ou série de decisões conscientes e de grande importância, que acabam por trazer para primeiro plano e por modificar profundamente o rumo do percurso biográfico e das relações pessoais futuros.

No contexto das migrações, a articulação entre dependências públicas e privadas, entre mercantilização e desmercantilização, assume um novo significado espacial. Nalguns casos, a reprodução social — ou a prestação de cuidados —

pode, assim, ocorrer num outro espaço geo-político e num contexto de segurança social completamente diverso. As mulheres migrantes podem ter que se confrontar com a necessidade não só de gerir toda a mescla de formas complexas de dependência e de interdependência existentes no interior da família e do mercado de trabalho, mas também, e paralelamente, de saber jogar com a lógica e com todo o quadro de possibilidades oferecidos por dois ou mais sistemas de segurança social, por vezes bastante diferentes entre si⁵. As normas constitutivas desses sistemas podem causar enormes pressões sobre as mulheres em questão, tanto em termos da criação de um sentimento de obrigação e de um determinado papel a desempenhar, como em termos das expectativas de todos aqueles que as rodeiam, seja ao nível da família alargada ou ao nível do Estado.

A experiência simultânea de mercantilização e desmercantilização pode sofrer ainda um acréscimo de complexidade em função das suas eventuais manifestações espaciais: assim, uma mulher pode, ao mesmo tempo (ou em diferentes momentos da sua vida), prestar assistência a alguém num determinado país e trabalhar como assalariada enquanto presta assistência a outrem noutro país⁶. Neste contexto, o estatuto social da mulher torna-se extremamente complexo: ela pode usufruir de certos benefícios, quer a título pessoal, em resultado de descontos do trabalho, quer por via indirecta — em função do trabalho do marido ou parceiro no país de imigração —, quer ainda, e finalmente, em eventual retribuição pela prestação de cuidados de assistência no país de origem (caso aí regresse para esse efeito). A migração faz com que, em muitos casos, ela acabe por perder aquela espécie de rede de segurança baseada nas necessidades que, em última análise, protege muitas mulheres nos sistemas de segurança social nacionais (não só em termos económicos, mas também quando são vítimas de maus tratos nas relações), reforçando uma dependência bipolar em que se perfilam, de um lado, o ganha-pão masculino e, do outro, o mercado de trabalho.

Este artigo começou por referir a tendência, presente não só no contexto do diálogo académico como no da definição de

⁵ A situação de exposição das mulheres migrantes aos sistemas de segurança social de, pelo menos, dois países é algo que, só por si, faz delas um grupo extremamente interessante para efeitos de estudos de tipo comparativo.

⁶ Esta situação mostrou ser, com efeito, uma experiência muito recorrente, e dela se faz o relato completo noutro local.

políticas, no sentido de tratar a questão dos «cuidados infantis» e da «assistência» como actividades distintas e, mais do que isso, de as situar em debates filosóficos diferentes. Esta aparente polarização do debate sobre a cidadania — uma polarização entre, por um lado a maternidade e o trabalho remunerado, e por outro as pessoas e os serviços que têm a seu cargo a prestação de cuidados de assistência — tem-se revelado incapaz de captar toda a complexidade das relações de assistência em situações temporal e espacialmente alargadas. Ao centrar a atenção e o interesse em dois períodos na aparência distintos, há a tendência para encarar a prestação de cuidados como fases simples e quase sem qualquer relação umas com as outras, na vida da maior parte das mulheres. É óbvio que, na prática, não é isso que acontece.

Os dados apurados através das entrevistas sugerem uma realidade bem mais complexa, caracterizada por períodos de tensão e de reciprocidade ao longo do ciclo de vida. Na mesma medida em que outrora tais «fases» se demarcavam de uma forma diferenciada, assim elas cada vez mais se eclipsam mutuamente nas modernas sociedades ocidentais. O impacto das alterações demográficas, o adiamento do momento de contrair casamento e de constituir família, o decréscimo da fecundidade, o alargamento dos conceitos de juventude e de responsabilidade parental, as taxas crescentes de separação e de divórcio, associadas ao segundo casamento e verificadas num contexto de crescente recessão da segurança social e de privatização da responsabilidade social, são factores que, no seu conjunto, conduzem a uma realidade que faz com que a referência a uma cronologia simples e biologicamente determinada vá deixando de ter qualquer significado. Na prática, assiste-se à coexistência entre todo um jogo complexo de dependências, interdependências ou reciprocidades e novas formas de exploração. Só desenredando-as e avaliando o impacto que têm em diferentes grupos de mulheres é que poderemos começar a ter uma melhor compreensão das experiências das mulheres enquanto cidadãs. ■

Tradução de Ângela Maria Moreira

Referências Bibliográficas

- Ackers, Louise 1994 «Women, Citizenship and E.C. Law: The Gender Implications of the Free Movement Provisions», *Journal of Social Welfare and Family Law* 116: 4, 391-406.
- Ackers, Louise 1995 «Women, Citizenship and European Community Law: the Gender Implications of the Free Movement Provisions», Research Report, *Journal of Social Welfare and Family Law* 17: 4, 498-502.
- Ackers, Louise 1996a «Citizenship, Gender and Dependency in the E.U.: Women and Internal Migration», in Hervey e O'Keeffe (org.s), *Sex Equality Law in the European Union*. Nova Iorque: John Wiley.
- Ackers, Louise 1996b «Internal Migration: The Gender Dimension», *Social Politics. International Studies in Gender, State and Society* 3: 2/3 (University of Illinois Press, EUA), 316-333.
- Ackers, Louise 1996c «International Migration and the Negotiation of Citizenship; the Struggle for Reproductive Self-determination in Ireland», *Journal of Social Welfare and Family Law* 18: 4, 397-413.
- Ackers, Louise no prelo *Shifting Spaces: Gender, Citizenship and Migration in the European Union*. Bristol: Policy Press.
- Katz, Cindi;
Monk, Janice
(org.s) 1993 *Full Circles. Geographies of Women over the Life Course*. Londres: Routledge.
- Orloff, A. S. 1993 «Gender and the Social Rights of Citizenship: State Policies and Gender Relations in Comparative Perspective», *American Sociological Review* 58: 3, 303-28.
- O'Connor, J. S. 1993 «Gender Class and Citizenship in the Comparative Analysis of Welfare States: Theoretical and Methodological Issues», *The British Journal of Sociology* 44: 3 (Setembro), 501-519.
- Walker, A. 1996 «Intergenerational Relations and the Provision of Welfare», in A. Walker, A. (org.), *The New Generational Contract: Intergenerational Relations, Old Age and Welfare*. Londres: UCL Press.